

MARJORIE MARONA

Professora do Departamento de Ciências Políticas da UFMG. É coautora de *A Política no Banco dos Réus: a Operação Lava Jato e a Erosão da Democracia no Brasil*



Corpo estendido no chão

► De frente para o crime, os autores de *Por Que a Democracia Não Morreu?* preferiram fechar a janela

Em *Por Que a Democracia Brasileira Não Morreu?*, recentemente lançado pela Companhia das Letras, os cientistas políticos Marcus André Melo e Carlos Pereira optam por ignorar os debates contemporâneos sobre transformações de regimes políticos e insistem na identificação da ruptura institucional (golpe) como o único indicador de crise ou colapso das democracias. Assim, malgrado admitam certo *malaise* institucional e certo cinismo cívico compatível com altos níveis de desconfiança pública nas instituições políticas, não as tomam como indicadoras de crise, senão como evidência da robustez do sistema político brasileiro pós-88.

O presidencialismo multipartidário teria mostrado todo o seu vigor, inobstante a abreviação forçada do mandato de dois presidentes e a prisão de um terceiro (quando liderava a corrida presidencial), sem mencionar a ascensão de um aspirante a autocrata à Presidência da República e os ataques que coordenou, a partir do Palácio do Planalto, às instituições, que culminaram com a invasão e depredação das respectivas sedes dos Três Poderes.

Alguém poderia supor que tamanha cegueira verde de uma postura opositora-desafiadora (genuína ou de matriz estratégica), mas essa abordagem privaria o leitor *a priori* de algumas boas análises que os autores oferecem. A evidência do esforço de articulação teórico-analítica tampouco autoriza tamanha precipita-

ção na avaliação do argumento de que nunca houve uma ameaça crível à democracia brasileira depois de 1988. Por fim, não cabe qualquer suposição quanto ao peso da orientação ideológica dos autores sobre a tese que articulam, argumento que poderia ser facilmente revertido em desfavor dos críticos, especialmente em uma era de pós-verdade.

Essas são apenas algumas boas razões para se avançar com o enfrentamento respeitoso do argumento dos articulistas políticos. Eis o primeiro ponto: *malaise institucional* e cinismo cívico não são categorias intercambiáveis. Envolvem uma dinâmica intrínseca, no primeiro caso, e societária, no segundo. Cidadãos cínicos não são críticos, ao contrário, a crítica é uma dimensão da política que, como tal, se opõe ao cinismo cívico. Sob um pressuposto democrático não alcanço a conclusão de que os brasileiros se tornaram mais críticos e, talvez, positivamente mais cínicos, conforme argumentam os colegas.

Ainda é menos razoável supor que essa transformação viria da efetividade dos controles democráticos. Eis o segundo ponto: o *malaise institucional* e o cinismo cívico detectados só podem afirmar-se como decorrência das escolhas políticas de determinados governantes, como alternativa à explicação institucional, diante de um contrafactual que os autores não podem oferecer. Nenhum dos governos no pós-88 operou sob as mesmas bases institucionais, malgrado o presidencialismo de coalizão ter atraído para si a condição de *frame* analítico predileto dos cientistas políticos.

Nesse tocante, convém destacar o fato de que apenas os governos do Partido dos Trabalhadores, a partir de 2003, conviveram com uma dinâmica de disputa

política da agenda anticorrupção que extrapolou não apenas a lógica da coalizão, mas também o próprio sistema político, facultando acesso à elite judicial. A Lava Jato, em particular, não alterou apenas conjunturalmente a política nacional. Foi o ponto alto de um processo incremental de mudanças institucionais que deslocou as condições de governabilidade estabelecidas sob o marco constitucional.

A Lava Jato foi o principal elemento detonador não apenas da derrocada do presidencialismo de coalizão que culminou no *impeachment* heterodoxo de Dilma Rousseff, mas também do recrudescimento da erosão da democracia brasileira, cuja maior expressão foi a eleição e o governo de Jair Bolsonaro. Certamente, outros fatores colaboraram para o ambiente de crise. A literatura especializada em Ciência Política tem apontado para a redução dos poderes e recursos à disposição do presidente para gerir a coalizão, o que, certamente, constrange suas escolhas. Em ambos os casos, os cientistas políticos sinalizam os limites estruturais do presidencialismo de coalizão em face de potenciais governos cínicos. É o desvelamento desse processo que ancora as preocupações com a trajetória recente da democracia brasileira.

A defesa da resiliência da ordem constitucional não se constitui como um contraponto satisfatório à percepção generalizada do processo de autocratização que atravessou o Brasil na última década. O outro da resiliência é a ruptura, de modo que a teoria dificilmente captura os processos mais ou menos sutis de degradação da institucionalidade, de que a persistência do *malaise institucional* e do cinismo cívico dão testemunho. E, definitivamente, não me parece ser aquele caso em que, distraídos, venceremos. •

redacao@cartacapital.com.br